IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS — IMPOSTO
ÚNICO SOBRE MINERAIS — VENDA DE TIJOLOS

— O imposto sobre circulação de mercadorias incide sobre
a comercialização de tijolos e telhas, como produtos industrializados.

TRIBUNAL DE ALÇADA DE SÃO PAULO

Nilo Svicero *versus* Chefe do Posto Fiscal de Araraquara

Agravo de petição nº 196 029 — Relator: Sr. Juiz

TITO HESKETH

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição nº 196 029, da comarca de Araraquara, agravante Nilo Svicero, agravado Chefe do Posto Fiscal de Araraquara: Acordam, em 2ª Câmara do 1º Tribunal de Alçada Civil, por unanimidade de votos, integrado neste o relatório da sentença de fls., negar o provimento ao recurso.

Nilo Svicero, firma individual estabelecida com a atividade de vendas de materiais para construção foi autuada, pelo Posto Fiscal de Araraquara, por haver, no período de março a agosto de 1972, promovido a entrada e a saída de 106 250 tijolos sem as notas fiscais corresponden-

tes a essas operações, ficando portanto sem recolhimento o ICM (auto de infração e imposição de multa nº 71 588, série G, de 30.11.1972).

Inconformada, impetrou mandado de segurança, alegando a ilegalidade do ato fazendário, uma vez que os produtos comercializados (tijolos) apenas estariam sujeitos ao imposto único sobre minerais, imunes, por conseguinte, ao ICM.

O MM. Juiz de Direito denegou o *writ*, dando margem a agravo de petição, em que a impetrante insiste na pretensão ajuizada.

A douta Procuradoria-Geral da Justiça manifestou-se pelo provimento do recurso.

2. A ordem não podia mesmo ser concedida.

Dispõe o art. 2º, § 5º, do Decreto-lei nº 1 038, de 21.10.1969, que “a incidência do imposto único é restrita à fase anterior à industrialização e não exclui a dos impostos sobre a produção e a circulação de produtos industrializados, inclusive serrados, polidos ou lapidados, obtidos de substâncias minerais”.

E o Regulamento (Decreto nº 66 694, de 11.6.1970), dentro da mesma conceituação, estabelece que “a incidência do imposto único abrange apenas a fase anterior à industrialização da substância mineral; uma vez industrializado, o produto resultante estará sujeito, se for o caso, aos tributos que recaiam sobre a produção e a circulação de mercadorias” (art. 4º), deixando esclarecido que, “com exceção dos processos de tratamento referidos no § 2º do art. 1º, para os efeitos deste regulamento, considera-se industrialização qualquer operação que modifique a natureza ou a finalidade da substância mineral ou a aperfeiçoamento para o consumo”.

Ora, o tijolo utilizado na construção civil não é de ser havido como resultado de simples processo de tratamento por aglomeração de substância mineral.

O termo “briquetagem”, mencionado naqueles diplomas legais, não pode ter o alcance sugerido pela ilustre Procuradoria-Geral da Justiça.

Embora, com a sua origem francesa, envolva a noção de tijolo (“brique”), não significará a fabricação dos tijolos usados como peças da construção civil.

“Briquetar”, assim não terá o sentido de fabricar tais peças, mas, sim, o de dar a forma ou a aparência de tijolo, como, aliás, está na *Enciclopédia Universal EPE*, II/675 (“briquetar” — “dar formato de briquete”). E dentro da mesma ordem de idéias está o conceito de “briquete”, como “tijolo de pó de carvão, usado como combustível” (op. cit. cf., também *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*

sa), em consonância, aliás, com a noção que decorre do Regulamento do IPI (Decreto nº 70 162, de 1972 — Tabela: posição 27 01).

Em suma, “briquetagem” deverá ser entendida como o processo de simples tratamento, por aglomeração sob a forma de “briquete”, como, por exemplo, as barras ou tijolos de ouro, prata, platina, hulha, etc., com o fim de facilitar o armazenamento, o transporte, a distribuição e o consumo das substâncias minerais.

Diferente é a situação dos tijolos de construção.

Lembra-se, a propósito, a lição de Pontes de Miranda: “O Estado-membro, competente para criar e cobrar o imposto sobre circulação, é o Estado-membro onde se vende ou negocia mas, no tocante a minerais do País, o Estado-membro está inibido, constitucionalmente, de tributá-los. Se o mineral é bem consumível, a venda de tal mineral não pode sofrer outro imposto, salvo se houver a transformação em coisa certa, como se, com o mineral, se fez algum pó de uso doméstico ou para fábricas. Mas a tributação é por ocasião da venda do novo produto” (cf. *Comentários à Constituição de 1967*, t. II/489).

Pergunta-se, então: os tijolos de construção não serão artefatos, o resultado de um processo de industrialização, com a transformação de substância informe em coisas certas, com a forma e o acabamento apropriado aos fins a que se destinam?

É evidente que sim, sendo inafastável a incidência do imposto estadual sobre a circulação econômica desses bens.

Aliás, conforme notícia trazida aos autos pelo nobre Dr. Promotor Público, o STF já teve oportunidade de decidir, recentemente, que o ICM incide sobre a comercialização de tijolos e telhas, como produtos industrializados (recurso extraor-

dinário nº 75 806-SC, relator Min. Oswaldo Trigueiro).

3. Isso posto, mantém-se a decisão de primeiro grau, denegando o mandado de segurança. Custas como de direito.

Participou do julgamento o Juiz Ferreira Prado.

São Paulo, 15 de agosto de 1973. Assis Dias, pres. com voto. Tito Hesketh, relator.